

9 AGO 1983

JORNAL DO BRASIL

Diretora-Presidente: Condessa Pereira Carneiro

Vice-Presidente Executivo: M. F. do Nascimento Brito

Diretor: Bernard da Costa Campos

Diretor: J. A. do Nascimento Brito

Diretor: Walter Fontoura

Editor: Paulo Henrique Amorim

A Parte que Falta

O *New York Times* dedicou amplo editorial ao Brasil. O jornal propõe que o Governo Reagan dispense tanta atenção a este país quanto à Nicarágua, uma formulação compreensível apenas quando se considere a tendência, às vezes predominante no Departamento de Estado e na Casa Branca, para colocar em um único cesto tudo o que fica abaixo da linha de fronteiras com o México.

De qualquer forma, os comentários devem ser levados na devida conta e espelham em larga medida a percepção real, e não a *desejável*, do Brasil nos grandes centros financeiros americanos.

Qual a mensagem, em resumo?

Primeiro, a de que o caso brasileiro requer mais *compreensão* porque não está no rol das repúblicas hiperinstáveis da América Central. Os interesses em jogo aqui são muito maiores, e afetam não só os próprios brasileiros mas ainda a comunidade financeira internacional.

Segundo, trata-se de sublinhar os erros cometidos ao longo de várias administrações. É o que sabemos: os emprestadores no exterior alimentaram um apetite insaciável por recursos em dólar e outras moedas fortes, e o Governo começou a poupar quando já era relativamente tarde, ou de forma insuficiente.

O *New York Times* reconhece os efeitos da recessão internacional e das altas taxas de juros, que desarticularam os esquemas de amortização e financia-

mento da dívida externa a longo prazo. Depois de passar sobre os acordos feitos com o Fundo Monetário, afirma: "Não há escolhas fáceis para ajudar o Brasil. A declaração de insolvência é uma possibilidade, mas deve ser evitada a todo custo. Ela cortaria qualquer crédito estrangeiro ao Brasil e tornaria uma recuperação administrável virtualmente impossível. Pode também iniciar uma reação em cadeia de falências de bancos. Uma moratória dos desembolsos pode ser inevitável. Se assim for, quanto mais cedo melhor."

O sentido de responsabilidade internacional nos problemas dos países em desenvolvimento — que não acabe apenas ao Brasil — não pode ser considerado como um *habeas corpus* para o adiamento de compromissos mas sérios. Enquanto a Nação não sair do marasmo e da incerteza política que transformam questões críticas — como as modificações na lei salarial — em exercício de esgrima política palaciana, será difícil recuperar a confiança e partir para esquemas econômicos que mereçam o apoio externo.

A compreensão demonstrada pelos credores não é um aval. A mão estendida deve ter como contrapartida a implementação das medidas de austeridade propostas, aplicáveis aos orçamentos das estatais e ao funcionamento da máquina burocrática que nos trouxe à situação crítica de hoje. Esta é a parte que falta para completarmos a cabeceira da ponte que inevitavelmente terá de ser lançada sobre o enorme valado de dívidas externas acumuladas ao longo dos últimos anos.